



www.ituassu.com.br

Mídia e Relações Internacionais: a realidade simbólica

Arthur Ituassu

Em 24 de outubro de 1928, Winston Churchill, membro do Parlamento Britânico pelo Partido Conservador e secretário do Tesouro no governo do líder *torie* Stanley Baldwin, foi a Aldresbrook, nas proximidades de Londres, e denunciou o Tratado de Locarno, que previa o desarmamento das grandes potências européias, inclusive da Alemanha, signatária desde 1925.

Churchill deu o título de *A fábula do desarmamento* ao discurso: “Um dia, todos os animais do zoológico decidiram que iriam se desarmar e que gostariam de organizar uma reunião para deliberar sobre como isso iria ocorrer”.

Segundo a fábula, o rinoceronte abriu os debates alegando que os chifres, por serem instrumentos somente de defesa, e não de ataque, teriam de ser permitidos, e ganhou o apoio do touro e do porco-espinho.

O tigre, em seguida, defendeu que dentes e, principalmente, garras são armas clássicas, da antigüidade, que não poderiam ser banidas. Onças, panteras e todos os tipos de gato apoiaram.

E aí falou o urso: penso que aos animais só deva ser permitido um simples abraço no momento da discórdia. (Churchill, 2003, 92)

A pluralidade teórica atual das Ciências Sociais, que integra elementos como a percepção, a identidade, a História, a Linguagem e a cultura, é certamente capaz de transformar a fábula em fonte de estudos. Afinal, quem são os “tigres”, “ursos” e “touros” aos quais Churchill se refere? E o quanto tal percepção do mundo como um conglomerado de animais selvagens buscando artimanhas para se colocar em uma posição superior de segurança sobre os seus “adversários” no ambiente não influenciou a atuação do governo britânico sob o comando do primeiro-ministro?

A intenção aqui é estabelecer uma ponte entre as áreas de Mídia/Comunicação e Relações Internacionais por meio do atual debate epistemológico das Ciências Sociais. O objetivo é argumentar que a mídia transforma as relações internacionais num fenômeno típico da Comunicação, a partir da capacidade que possui de construir realidades sociais por meio do discurso. Os eventos de 11 de setembro de 2001, por exemplo, podem ser vistos como

pertencentes ao mundo da “mídia” e da “comunicação” tanto quanto pertencem ao mundo da política, da guerra e da diplomacia.

O argumento não poderia nascer senão da crise dos três pilares do “fazer ciência” na Era Moderna. As três críticas – 1) ao sujeito epistêmico moderno, o sujeito isento, imparcial; 2) ao objeto epistêmico moderno, que poderia “existir” anterior ao sujeito, anterior à Linguagem; e 3) ao conceito moderno de signo, que pressupõe a “verdade por correspondência” na relação entre o sujeito e o objeto, na interpretação da realidade – colocam abaixo os paradigmas canônicos de se fazer ciência com base na objetividade empírica de Francis Bacon. Afinal, um dos pilares da tradição epistemológica (moderna, ocidental) é, sem dúvida, a “objetividade”. O conhecimento pela objetividade só seria possível a partir de uma abordagem sobre o objeto na qual as peculiaridades subjetivas típicas da natureza humana (os *idola*, como chamou Bacon) devem ser postas de lado.

É importante perceber que a cisão entre “fatos” e “valores” (objetivo e subjetivo) só pode fazer sentido se há uma crença anterior de que tais categorias “existem” independentemente uma da outra. O modelo se torna assim dependente de uma idéia singular, reconhecida como “verdadeira”, como uma “existência autônoma”.

Três pilares servem de sustentação para a ciência moderna canônica, também conhecida como a “lógica da investigação” positivista: 1) a verdade como correspondência, como representação objetiva da realidade e que pode ser julgada a partir do seu grau de coerência com a realidade; o argumento da “fidelidade”; 2) a universalidade metodológica da ciência, a idéia de que há apenas uma forma válida, seja para as ciências naturais, sociais ou humanas; e 3) o pressuposto da ausência de valores no saber científico.

Ainda, os três pilares têm por base três pressupostos onde fica claro o comprometimento não só epistemológico, mas também ontológico do cientista positivista: 1) a separação ou a possibilidade de separação entre o sujeito e o objeto; 2) o naturalismo, a idéia de que há um mundo “natural” anterior e que este pode ser desvelado; e 3) a separação entre fato e valor.

A idéia lembra imediatamente o *Novum Organon*, de Francis Bacon. Segundo Oliva (1990), o século 17 foi marcado pelos trabalhos dedicados à questão do método que manifestavam a superioridade explicativa da ciência, por oposição às pseudociências e à especulação. A força do pensamento científico se representou, assim, na devoção a meticolosas e rigorosas observações, a partir das quais se formam, via indução, teorias “faturalmente” enraizadas.

Com base na empiria de Bacon ou mesmo apoiado no racionalismo metafísico *descartiano*, o positivismo da ciência objetiva se instalou nas Ciências Sociais em geral não só pelo que afirma mas também pelo que não afirma. Afinal, para o positivista uma relação objetiva com o fato não é só uma maneira de se atingir o conhecimento (epistemologia) mas é também *a* maneira de se atingir o conhecimento.

Desta forma, está instaurada a confusão entre “razão” e “epistemologia”. E assim: o medo moderno de que concepções do saber alternativas à *episteme* levem imediatamente à irracionalidade e ao caos se torna resultado do fato de que as próprias noções modernas de “conhecimento” e “racionalidade” são atreladas e assim limitadas à *episteme*.

Para a Teoria Crítica *frankfurtiana* foi exatamente essa limitação da razão pela *episteme* que gerou a marginalização e o empobrecimento do discurso normativo nas teorias de Ciências Sociais em geral.

De fato, a lógica positivista foi pouco a pouco minada pelo pensamento moderno. As duas teses de Kant, por exemplo – 1) o que as coisas são “em si”, independentemente da maneira pela qual nos aparecem, ninguém pode saber; e 2) a objetividade da ciência é independente das condições nas quais é produzida – são complementares. A primeira desvia do dogmatismo, onde a razão não é questionada e a segunda livra a ciência do empirismo como armadilha, com a conclusão de que a corrida pela imparcialidade, pela objetividade científica, se esgotou (Delacampagne, 1997).

Desta forma, Kant conseguiu retirar a filosofia “do campo de batalha das metafísicas antagonistas” e conseguiu fazê-la entrar no “ramo seguro da ciência”, mas ciência na subjetividade (o que assegurou ao pensamento kantiano um papel de destaque no debate epistemológico das Ciências Sociais).

Não à toa, Kant demonstrava ampla admiração pelos ataques à razão elaborados por Jean Jacques Rousseau e será seguido de perto por Karl Marx, com a “chegada do filósofo à Terra”, como escreveu Hannah Arendt (1997), sendo estabelecido assim um laço entre os três autores: a crítica.

No momento kantiano, estão desveladas as possibilidades da crítica ao pensamento e ao conhecimento sem que isso seja dependente da objetividade ou da experimentação, sem que isso esteja limitado pela objetividade, o que maximiza a possibilidade de atuação da interpretação (hermenêutica) e da Ética (Teoria Crítica). Estão postas abaixo as metodologias mecânicas para se atingir a “verdade”.

A descrição de Nietzsche do “último Homem”, no prólogo de *Assim falou Zaratustra*, por exemplo, pode facilmente ser percebida como uma visão poética, “desutopizada”, de um mundo desumanizado com o triunfo da racionalidade, um tema desvelado a partir da metáfora weberiana da razão em uma “gaiola de ferro”. A crítica “perspectivista” de Nietzsche à epistemologia positivista, com a insistência no fato de que a física é “apenas uma interpretação e um certo tipo de arranjo”, e não uma explicação, é original ao ponto de “antecipar muitos dos temas do debate entre a filosofia e a ciência no fim do século 20” (Brown, 1999, 57).

O debate também foi tratado na obra clássica de Max Weber *Metodologia da Ciência Social* e, no pós-II Guerra, ainda foi tema de Theodor Adorno, Max Horkheimer e Jürgen Habermas, quando a Escola de Frankfurt retomou as críticas ao positivismo como abordagem ao estudo das sociedades.

Weber é parte fundamental de uma tradição alternativa ao positivismo, ao afirmar que: 1) o conhecimento só é possível a partir da referência a valores e interesses; e 2) valores e interesses não podem ser validados ou hierarquizados segundo critérios objetivos. Vale chamar a atenção ao fato de que, para o autor, o conhecimento é possível, independentemente dos critérios epistemológicos restritos à objetividade (Kant). Nesse sentido, Weber se integra claramente ao paradigma kantiano de “ciência na subjetividade”, que vai nortear as perspectivas interpretativa e normativa, na crise da hegemonia positivista.

Como mostra Argan (1995), depois que movimentos artísticos criticaram tanto a forma de representação (dadaísmo) quanto a de perceber a própria realidade (surrealismo), está instaurada a chamada “crise da representação”, a crise da “verdade por correspondência”.

A partir da crise do positivismo, várias correntes do “fazer ciência” foram colocadas na pauta: a Teoria Crítica, preocupada com a emancipação; o construtivismo, à procura de uma “teoria social” no plano das “idéias compartilhadas”; a hermenêutica, na busca de significados na “rede de significações”; o feminismo, preocupado com a presença do sujeito feminino; os pós-modernos, procurando se dissociar de qualquer projeto moderno de construir teorias ou “conhecimento”.

De fato, o importante aqui é perceber a chegada de perspectivas que procuram assumir a subjetividade do “fato”, da “realidade”, da “interpretação”. Não é à toa que nas Relações Internacionais a crise da epistemologia canônica é pensada também por meio da chegada das perspectivas sociais à disciplina, no sentido de não mais separar a Sociologia – a ciência para o ambiente doméstico – das Relações Internacionais – ciência para o ambiente internacional; tendo em vista que a “realidade” é socialmente construída e se apresenta de múltiplas maneiras, como no discurso de Churchill.

Neste sentido, o desabamento das torres gêmeas pode ser visto como o resultado de uma ação violenta de comunicação, com o objetivo de abrir espaço para um determinado discurso pela violência e colocar em pauta a construção de uma realidade diferente daquela proposta pela concentrada mídia global. Daí o caráter obrigatoriamente *mediático* da natureza dos atentados. Com a comunicação de massa a Humanidade chegou a um ponto em que pode experimentar a sua própria tragédia por meio de um prazer estético (Benjamin, 1984).

A disparidade na possibilidade de se construir e de se disseminar realidades subjetivas, a disparidade na possibilidade de se construir realidades pelo discurso, somada aos altos custos de entrada que incide sobre aqueles que não são vistos ou ouvidos, é contraposta à relativa facilidade, cada vez mais evidente, de se disseminar símbolos pela violência/comunicação. Assim, a questão se torna também produto da distribuição desigual do poder simbólico; poder de definir a realidade, o que somos e para onde vamos.

Referências

- ARGAN, Giulio Carlo (1995) Arte Moderna. Companhia das Letras, São Paulo.
- ARENDT, Hannah. (1997/1954) Entre o Passado e o Futuro. Editora Perspectiva, São Paulo.
- BENJAMIN, Walter (1984), Origem do drama barroco alemão. Trad., apres. E notas de Sergio Paulo Rounet. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- BROWN, Chris. (1999) "Critical Theory and postmodernism in international relations" *in* Groom, A. J. R. & Light, M. (orgs.) Contemporary International Relations: A Guide to Theory. Pinter Publishers, Londres e Nova York, 56-68.
- CHURCHILL, Winston S. (org.) (2003) Never give in! Winston Churchill's finest speeches. Randon House, Londres.
- DELACAMPAGNE, Christian (1997). História da Filosofia no Século XX. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.
- OLIVA, Alberto (org.) (1990) Epistemologia: a cientificidade em questão, Papirus Editora, Campinas.